



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06-12-2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos da 7ª audiência pública, que esta Comissão realiza, no ano de 2014.

Esta audiência foi publicada no portal da Câmara Municipal de São Paulo; no *Diário Oficial da Cidade*, no jornal *Diário de S.Paulo*, no dia 4 de dezembro; no jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 5 de dezembro.

Informo que esta audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no link Auditórios On Line.

Passemos aos itens da pauta.

Trata-se de discussão sobre os Projetos de Lei 202/2013 e 341/2014.

Chamo para compor a mesa a sempre Vereadora Claudete Alves.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Foram convidados todos os Srs. Vereadores que compõem a Comissão, mas, como devem ter outras agendas, não estão presentes.

Convidamos o Secretário Municipal da Cultura; o Sindicato de Educação Infantil, SEDIM, representado pela Sra. Claudete Alves; os autores dos projetos de lei em pauta, respectivamente, do PL 202, Vereadores Laércio Benko e Orlando Silva; do PL 341, Vereador Nelo Rodolfo; foram convidadas para fazer uma exposição a Professora Lisete Arelaro, da Faculdade de Educação da USP, a Professora Ivone Costa de Souza, assistente social, Coordenação Técnica da Creche Fio Cruz, especialista em educação infantil, PUC-RJ e os 55 Vereadores, inclusive eu.

Como nem todos estão presentes, vamos ouvir a Sra. Claudete Alves, porque o requerimento desta audiência pública foi feito através do SEDIM, que fará uma exposição de cerca de 15 minutos.

Durante essa exposição estarão abertas as inscrições, portanto, todos os presentes podem inscrever-se. Concluída a fala, ouviremos o plenário.

Tem a palavra a Sra. Claudete Alves.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Bom dia a todos, há apenas um Vereador na mesa, o Presidente da Comissão, a quem eu cumprimento em nome de todos educadores da infância da cidade de São Paulo, Vereador Reis, que acolheu prontamente o nosso pedido para esta

audiência pública.

Bom dia a todos os companheiros.

Quero, até por dever de ofício, justificar a ausência da Professora Lisete, que está viajando, o seu voo atrasou e não foi possível chegar. Tínhamos indicado o seu nome para que fizesse uma exposição conceitual sobre a educação infantil. A Professora Lisete nunca nos deixou na mão, justificou a sua ausência, infelizmente ocorreu um atraso.

Espero que, no transcorrer desta audiência, os proponentes das propostas estejam presentes para debater conosco.

O Presidente da Comissão incumbiu-me para que contextualizasse acerca dos dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Sem querer interromper, informo que o Paulo, da assessoria da Comissão está colhendo as inscrições.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Sr. Presidente, eu pedi, em nome da entidade que presido, esta audiência pública, depois de ter esgotado todas as possibilidades de diálogo com os autores dos projetos.

Tão logo tomamos conhecimento da existência dos projetos, procuramos os Vereadores. Um deles recebeu uma comissão de educadores, numa audiência, nos solicitou para que apresentássemos, por escrito, uma justificativa de sermos contrários à proposta.

Acredito que os presentes conheçam o teor da proposta, mas para que fique registrado, vou falar a respeito.

Atrás de um pretense atendimento à necessidade dos pais, que trabalham fora, e precisam de um lugar para deixar seus filhos, o Vereador apresenta proposta que entra em sintonia com a questão judicializada - como todos vocês sabem - a que está submetido o atendimento da educação infantil na cidade de São Paulo.

Em três artigos ele define qual é o tipo de atendimento que as crianças, da cidade de São Paulo, têm que ter, ou seja, não educacional. Em um dos seus artigos, por exemplo, ele coloca que as unidades têm que atender sem descontinuidade, proibindo qualquer tipo de parada, inclusive as paradas para reuniões pedagógicas, de forma que as crianças não sofram nenhum tipo de problema.

O ponto facultativo não é tanto a questão, porque é lei, sabemos que é um direito essa parada, essa adequação, em relação às demais unidades. Mas, no projeto do Vereador Nelo Rodolfo, está colocado exatamente uma questão que afronta o direito de as crianças

terem acesso a um atendimento de qualidade na educação infantil.

O Vereador Nelo Rodolfo coloca em cheque, por exemplo, avanços que duramente, nas últimas duas décadas, nós conquistamos. Posso citar quando do advento da LDB, de 96, que afixou que esse atendimento nessa faixa etária é educacional, inclusive colocando a exigência para estados e municípios se adequarem, ou seja, colocando essa faixa de atendimento nos respectivos sistemas de ensino.

Quando o Vereador vem com esse projeto, apesar de todas as legislações, portarias, decretos e regulamentações administrativas, que ocorreram de 2001 para cá, na cidade de São Paulo, ele não só desrespeita os trabalhadores que tanto contribuíram para essas modificações, mas principalmente as crianças da cidade de São Paulo. Ele está dizendo que a criança tem que ser institucionalizada.

Assim como é aberração da decisão do Tribunal de Justiça provocada pela Defensoria Pública do Município que, por ora, obriga que todos os equipamentos de educação infantil abram em janeiro, atendendo as suas demandas.

Como se não bastasse, quando o Vereador nos recebeu em audiência, na Comissão, alegou que esses equipamentos são uma necessidade dos pais que trabalham fora e que ele apresentou esse projeto a pedido dos pais que se consideram prejudicados com as interrupções nos atendimentos.

As legislações avançaram no sentido para além do direito dos pais que trabalham fora terem um lugar para deixar as suas crianças, hoje, após todas essas legislações, eu cito a principal, a Carta Magna, que foi alterada com a LDB de 96, que esse espaço é um direito da criança. A educação infantil não é depósito de criança, não é um espaço para atender às necessidades das famílias, lembrando, quando toco nessa questão, que a responsabilidade pela educação das crianças e dos filhos é da família, a escola entra como uma ação complementar. (Palmas)

A propositura do Vereador Nelo Rodolfo fere uma série de princípios constitucionais. As pessoas deste país que pensam e militam educação infantil, e o conjunto

dos seus trabalhadores, têm feito um esforço enorme, por vezes não reconhecido, quando se refere a sua valorização profissional para garantir esse direito às crianças.

Na cidade de São Paulo, nós promovemos uma série de modificações que têm a ver com a questão do direito, porque até então a maioria dos equipamentos públicos atendiam crianças pobres, assim poderia ser de qualquer jeito. Essa criança não tinha o direito de um profissional habilitado em magistério, por exemplo, para auxiliá-la no seu desenvolvimento, o que faz parte do processo educacional.

Eu gostaria de, ao me posicionar, acreditar que a grande maioria aqui presente se posicione contra, também, não é defendendo somente a questão da corporação. Se nos é exigida uma oferta de trabalho de qualidade, como admitir um projeto que impede a interrupção do atendimento para as paradas pedagógicas, para as reuniões pedagógicas? Então, nós estamos confiantes, por meio da sua presidência, porque sabemos que esse momento aqui é registrado e vai para o *Diário Oficial da Cidade*, mas esperamos sensibilizar o conjunto dos Vereadores, para dizer “não” a essa proposta, porque nós esgotamos todas as possibilidades de diálogo de convencimento com o Vereador. Eu sei que muitos educadores aqui presentes estão se inscrevendo para colocar seus argumentos. Então, eu já quero entrar no segundo PL da pauta de hoje, o PL 202/03, do Vereador Laércio Benko. Aí é mais grave ainda.

Sr. Presidente, eu vou aproveitar esse momento, permitindo a palavra aos companheiros presentes. Alguns, por não me conhecerem, rotulam-me de governista, de petista, o diabo a quatro. Eu teria uma série de motivos para não votar no candidato que perdeu a eleição presidencial. Um deles é porque S.Exa. colocava, nos seus debates e nas propostas, o que o Vereador Laércio Benko coloca, ou seja, desconstruindo toda a luta dos militantes da Educação Infantil, que possibilitou os avanços que nós alcançamos, que ainda são insuficientes. Caracterizam, caracterizam esse atendimento educacional como hotelzinho, como o depósito de crianças, desconhecendo toda a questão do conceito que é essa Educação Infantil, como ela se processa, qual é essa rede e qual é essa necessidade.

O nobre Vereador, e exemplo do candidato derrotado, Sr. Aécio Neves... O outro colocava - graças a Deus, esse projeto foi derrotado - um dos seus seguidores coloca, aqui, nesta Casa de Leis, o atendimento de todas as unidades de Educação Infantil até às 21h. Falo para os companheiros e companheiras que trabalham na Educação Infantil que é a menor faixa etária é de zero a cinco anos. Vinte e uma horas é o horário de as crianças estarem fazendo o quê?

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Em casa, com as suas famílias. Muito bem. O nobre Vereador, com a pretensão de atender à necessidade dos pais, na justificativa do projeto, coloca que é para atender às necessidades dos pais, e S.Exa. arvora preceitos constitucionais na sua justificativa, demonstrando um conhecimento do direito a essas crianças à Educação Infantil.

Qual é a nossa preocupação, Sr. Presidente? No início do ano passado, houve um Vereador aqui... É possível convencer Vereador de desistir de propostas equivocadas. Houve um Vereador aqui, que não vou citar o nome, que tinha copiado uma lei que foi aprovada na cidade vizinha, de Itapevi, colocando creches 24 Horas para crianças de zero a cinco anos. CEI é a denominação aqui em São Paulo. Ou seja, é hotelzinho para crianças. Nós fomos conversar com esse Vereador e V.Exa. entendeu as nossas preocupações. Então, retirou a propositura. Aí, como a gente sabe que dificilmente vai conseguir convencê-los sem essa movimentação, sem essa pressão... Aliás, eu aproveito o momento para parabenizar todos os educadores aqui presentes. Uma salva para todos. (Palmas) Eles corresponderam as nossas preocupações e estamos juntos em mais essa luta. É inadmissível que a maior Câmara Legislativa do País prove, em primeira, essas duas proposituras.

Aí quero entrar na segunda parte da proposta do Vereador Laércio Benko. S.Exa. privativa descaradamente as vagas na Educação Infantil. Eu só lamento que, para maioria dos profissionais da rede, não alertados pelas lideranças que teriam a obrigação de fazer isso,

porque senão as ruas seriam poucas no dia de hoje, na justificativa, na intenção da segunda parte do projeto, S.Exa. simplesmente diz que a Prefeitura fica autorizada a comprar vagas tanto para os CEIs, para as creches como para a pré-escola na cidade de São Paulo.

Todos sabem que a cidade de São Paulo tem uma demanda reprimida de atendimento na Educação Infantil. Em 2016, a título o de informação, todos os municípios brasileiros terão que matricular as crianças de quatro anos, por conta da alteração feita na LDB em 2009. Até então, há quatro anos, de zero a cinco anos era direito da criança, dever do Estado e opção da família. A partir de janeiro de 2016... Por que estou trazendo isso para V.Exas. e colocando para a Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esportes? A partir de janeiro de 2016, todas as crianças de quatro anos, na rede regular de ensino, estarão sendo obrigadas a serem matriculadas, no nosso caso, no atendimento da educação infantil. No debate, querendo ou não, nós teremos fazer isso, devido aos CEIs atenderem de zero a cinco anos e as EMEIs atenderem a partir dos três anos. É um problema que nós vamos enfrentar, com certeza, aí. Se nós não fizermos esse debate, vai sobrar a maior conta para os educadores, que já convivem com salas superlotadas e exigências, exigências cada vez mais.

Aí talvez sabedor disso... Sei que, por vezes, a gente encontra Vereadores com muitas boas intenções, mas de boas intenções o inferno está cheio. Eu não consigo não pensar que talvez haja uma intencionalidade, devido a essa obrigatoriedade do atendimento dos quatro anos em 2016, tanto na rede particular, como na rede pública, de facilitar a compra de vagas na rede particular. Por quê? Porque S.Exa. dizer que onde não houver a possibilidade do atendimento na rede pública, com a demanda cadastrada, a Prefeitura pode comprar vagas na creche e na pré-escola. Então, vamos pensar: Se, em 2016, há obrigatoriedade do atendimento aos quatro anos - todas as crianças terão que ser matriculadas aos quatro anos - eu posso pensar que pode haver interesses outros também. Eu não estou aqui afirmando, mas me dá o direito de pensar. Isso significa o quê? Significa a privatização da Educação Infantil na cidade de São Paulo. Isso é uma vergonha. É inadmissível e nós não

podemos aceitar isso. (Palmas)

Para concluir, Sr. Presidente, para oportunizar meus companheiros e companheiras colocarem seus argumentos acerca de toda essa questão, digo que lamentavelmente, por vezes, esses trabalhadores que são primordiais e fundamentais na questão do desenvolvimento do ser humano, porque tudo se inicia na Educação Infantil, são vistos com muito preconceito. Eles têm formação, dedicam-se e cumprem as suas tarefas, mas são vistos como meros cuidadores, como se os demais professores, gestores e educadores não cuidassem a educação em toda a sua fase, em qualquer que seja a sua etapa. Em todo momento, esses profissionais cuidam, assistem e desenvolvem. Nos países mais sérios, onde a Educação é tida como prioridade, são esses trabalhadores que são mais valorizados, onde há exigência de mais investimentos na sua formação. Esses profissionais são mais responsáveis. Como dizia o Sr. Celso Nunes, professor já aposentado, que a Educação Infantil aprecia muito, a Educação Infantil é tudo. O resto são consequências.

Vou finalizar a minha intervenção. Tenho certeza de que a gente vai poder contar com o seu apoio, no sentido de possibilitar um convencimento, agradecendo. Companheiros, não se iludam. Espalharam, na rede, que isso está quieto. Eu não sou mais Vereadora, sou suplente de Vereadora, mas eu conheço esta Casa, como V.Exa. conhece. A gente sabe que há alguns acordos que o Regimento permite, entre Vereadores. Então, por exemplo, se apresentarem cem projetos, pode haver um que não abrem mão. Quando há acordos de votarem um ou dois projetos de Vereadores, realiza-se um expediente aqui chamado congresso de Comissões. Aí cada Vereador coloca para votar o projeto que quer, sem ter tramitado, sem ter discutido e tudo mais. Pela resistência do Vereador Nelo Rodolfo, o nobre Vereador Laércio Benko nem quis conversa. Tentamos marcar e não conseguimos. A nossa preocupação é que a gente sabe que, antes da votação da Mesa, do término dos trabalhos, geralmente há esses acordos, para que os Vereadores votem projetos que S.Exas. queiram, para entrarem na quota. Aí nenhum Vereador pode dizer “não”, porque é o acordo entre os 55

Vereadores. Cada um escolhe, chama-se o congresso de Comissões e vota-se por aclamação. Esses dois projetos são tão perversos com as crianças da cidade de São Paulo, com a Educação da cidade de São Paulo, com os trabalhadores da Educação de São Paulo e com as famílias usuárias desses serviços da cidade de São Paulo que não podem passar nem em primeira. Então, com essas palavras eu finalizo aqui a explicação.

Mais uma vez, agradeço a Presidência desta Comissão e todos os educadores aqui presentes. Não se iludam. Só passam se nós não pressionarmos. A Educação Infantil não pode permitir esse retrocesso, nem para as crianças e nem para os trabalhadores da cidade de São Paulo. Não a essa aberração na Educação Infantil. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sra. Claudete Alves pela exposição.

Estão encerradas as inscrições a partir de agora.

Vamos estabelecer o tempo de três minutos para cada orador, para terminarmos essa audiência pública às 12 horas.

Tem a palavra o João Alberto Rodrigues de Souza, do Sinesp.

O JOÃO ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA – Bom dia a todas as educadoras aqui presentes, que também são mães e desempenham essa dupla tarefa. Primeiro eu gostaria de parabenizar a companheira Claudete Alves pela solicitação dessa audiência. Nós estamos juntos na defesa da Educação Infantil desde o começo. O Sinesp junto com a companheira Claudete Alves foram os dois únicos sindicatos que assinaram o protocolo da vinda da Educação Infantil para carreira do magistério, com todos os seus direitos garantidos. Até hoje não estão garantido, mas, pela lei, deveriam estar sendo.

Parabéns também ao Sr. Presidente, nobre Vereador Reis, único representante da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sempre na luta pela Educação de qualidade. A gente não poderia deixar de comparecer aqui para manifestar a posição do Sinesp, em nome de todos os gestores educacionais do município de São Paulo, contrários a esses dois projetos de lei. Os motivos disso a companheira Claudete Alves expôs com clareza. Nós ainda vivemos,

na nossa sociedade, uma luta entre concepções diferentes da Educação Infantil. Infelizmente uma parte da sociedade ainda não entendeu que Educação Infantil não é assistencialismo, não é depósito de crianças. Educação Infantil é um direito da criança de socialização, de educação e de atendimento educacional de qualidade. Infelizmente para alguns, ainda a creche é um órgão de assistência, que deve ficar com as crianças, enquanto a mãe trabalha.

Educação Infantil não é só para filho de mãe trabalhadora. A Educação Infantil é para todas as crianças. A partir de 2016, a partir dos quatro anos, é uma obrigação das famílias de fornecer esse atendimento às crianças. Então, esses dois projetos de lei batem com esses princípios que nós defendemos, de que a escola de Educação Infantil tem que ser tratada como uma unidade educacional tem que ser tratada com os direitos e o respeito não só às crianças, mas aos profissionais que trabalham nela.

Então, colocar como o PL coloca, que as unidades de Educação Infantil deverão trabalhar até às 21h, é até um empecilho, para que o Governo consiga cumprir, em 2016, a deliberação que existe, de que todas as crianças têm que ficar na escola. Com a escola funcionando até às 21h, qual vai a ser possibilidade de essa comunidade atender o déficit que há? Acabou de sair, na imprensa, uma matéria mostrando que nós estamos com a maior fila de demanda na Educação Infantil na história dessa Cidade.

Nós temos que, até 2016, resolver essa situação. Isso tem que ser resolvido com os profissionais de Educação dentro da rede municipal de Educação, e não por meio de terceirizações e convênios.

No caso do outro projeto, o PL 202/2013, ele ainda incorre num outro problema mais grave ainda, a questão da transferência de verba pública para a escola particular. Ainda é colocada uma palavra aqui que não tem nenhum sentido. O artigo 2º coloca que vai haver uma transferência proporcional de recursos, só que, logo em seguida, diz que é do valor da matrícula anual da criança. Ou seja, para aumentar um pouquinho o atendimento, vai ser pago o valor integral da matrícula da escola particular, em forma de desconto do imposto. Isso então

não prejudica só a Educação, só a criança, é um prejuízo para toda a cidade de São Paulo, porque vai ser tirado dinheiro dos impostos, para ser transferido para a iniciativa privada. Não precisam de mais dinheiro. Já exploram suficientemente a Educação e os trabalhadores, para conseguir apresentar um serviço que, na maior parte das vezes, é inferior ao da rede pública municipal. A rede pública municipal de São Paulo é o exemplo para o Brasil inteiro de carreira, de qualidade e de dedicação. Não precisam transferir dinheiro de ISS para nenhuma empresa particular. Já têm milhões de formas de burlar a legislação e sonegar os seus impostos.

Finalmente o outro PL, que trata da questão do aumento da permanência da criança na escola e fala sobre o ponto facultativo, digo que, para o ponto facultativo, existe legislação municipal a respeito disso. Quem não trabalha, em dia de ponto facultativo, é a grande maioria do funcionalismo, mas há quem trabalhe. A legislação prevê que são aqueles órgãos que prestam as atividades essenciais. Alguém aqui da Educação é tratado como atividade essencial nessa Cidade? Alguma vez foi tratado como forma essencial de trabalho nesta Cidade? Nunca foi e não será.

Então, querer mudar a legislação municipal, tratando somente na hora de trabalhar o ponto facultativo a Educação como atividade essencial, mas, na hora da remuneração, na hora das condições de trabalho e na hora do número de crianças em subgrupos, grupos e todas as classes da Educação Infantil, aí a legislação não é essencial. (Palmas) Aí o trabalhador que se vire. Na hora que falta professor e não há mais volantes e mais ninguém que faça esse trabalho dentro da escola, jogam as crianças para trabalhar junto com os outros. Desrespeitam a legislação e colocam crianças nas salas de aulas de outros alunos, e o professor trabalha, vira-se e tem que apresentar trabalho de qualidade sem nenhuma condição.

Então, nós não podemos admitir mais um ataque aos direitos do trabalhador da Educação Infantil. A Educação Infantil não entrou na rede municipal pelas portas dos fundos. A Educação Infantil entrou na Educação Municipal pela porta da frente e exige todo o respeito que merece. Os alunos, os funcionários, os professores e os gestores da Educação Infantil são

o alicerce dessa carreira, são o alicerce da rede municipal de Educação e exigem serem tratados com respeito.

Então, não vou aceitar a ampliação de atendimento para transformar essas unidades em depósito de crianças. Não vou aceitar o desrespeito à legislação municipal, como se fosse um serviço essencial em dia de ponto facultativo, e não vou aceitar que transferência de recurso para escola privada tire dinheiro da Educação e prejudique toda a população desta Cidade, por meio de desconto e recolhimento de imposto de escola privada.

Parabéns a todos que estão neste sábado. Continuaremos juntos nessa luta. Em votação e movimentação que haja, podem ter certeza que o Sinesp está junto com os senhores, como sempre esteve.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Sheila Mendes da Silva, do Sedin.

A SRA. SHEILA MENDES DA SILVA – Bom dia, Sr. Presidente, nobre Vereador Reis, todas as autoridades presentes e Profa. Claudete Alves, que esse pedido da audiência pública, por meio de Sedin. Deixo aqui o meu repúdio a entidades que estavam boicotando essa audiência pública - tivemos informações sobre isso - dizendo que haveria essa audiência pública. Depois saem por aí dizendo que defendem a Educação Infantil. Eu já deixo aqui o meu repúdio. Nós fomos a campo. Nós convocamos. Passamos nas unidades, chamando. Colocamos o *site* e estamos aqui. Parabéns aos senhores que acreditaram e sabem desse trabalho. A gente precisa estar aqui. Não é só petição pública e não é só *Face*. Nós temos que estar aqui presentes nesta Casa.

Eu sou diretora do Sedin. Sou professora de Educação Infantil lotada em duas EMElS no bairro de Heliópolis. Venho aqui fazer alguns questionamentos ao Vereador Nelo Rodolfo. V.Exa. sabe o que é uma reunião pedagógica ou já teve oportunidade de participar de uma? (Palmas) Acredito que não, mas, como sou professora, em poucas palavras, posso lhe

explicar. Em primeiro lugar, nossas unidades de Educação Infantil atendem a uma faixa etária muito específica, de zero a cinco anos, uma faixa etária que depende de total atenção e dedicação nossa. As reuniões pedagógicas são momentos de planejamento de ações pedagógicas em benefício do trabalho realizado, em prol de um trabalho de excelência para as nossas crianças, com momentos de leitura, discussões, avaliações e reflexões sobre a cultura da infância e suas implicações pedagógicas, já que estamos falando de um espaço educacional.

Já o projeto de lei apresentado pelo nobre Vereador não reconhece, em nenhum momento, o caráter educacional de nossas unidades de Educação Infantil. Vem na contramão da história e dos avanços conquistados na Educação, e contraria o parecer do Conselho Nacional da Educação, que considera as creches e pré-escolas, como são ainda denominados por muitos Estados e municípios estabelecimentos educacionais, que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos, por meio de profissionais habilitados, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, como o projeto apresenta-se.

No caso dos pontos facultativos, eu não admito, de forma alguma, ser comparada com uma Delegacia de Polícia, porque eu não trato com delinquentes. Eu não admito ser considerada de relevância como hospitais, porque eu não trato de doentes. Nós tratamos de crianças em desenvolvimento. Nós temos não somos Corporações de Bombeiros, cuja principal função é apagar chamas. Pelo contrário, a nossa função é botar fogo mesmo na criatividade das crianças e na cidadania. (Palmas) É nessa função que nós somos relevantes. Não fazemos parte da Assistência Social, fazemos parte da Secretaria de Educação do nosso município.

Para concluir, conseguimos conquistar, com muitas lutas, o direito de uma Educação Infantil de qualidade em nossa Cidade, reconhecida no Brasil, sendo espelho para outros municípios.

Por isso, nobre Vereador Nelo Rodolfo, eu, Sheila Mendes da Silva, professora e

não tia, mãe, cidadã e eleitora, também junto com esses demais profissionais que estão aqui presentes, peço a retirada do projeto de retrocesso da Educação Infantil. Educação Infantil não é depósito de crianças.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Arnaldo Ribeiro dos Santos, do Aprofem.

O SR. ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS – Bom dia a todos. É uma satisfação participar dessa audiência. Já vínhamos acompanhando outras, que regularmente todas as quartas-feiras são feitas aqui na Sala Tiradentes, na Câmara Municipal.

Sou supervisor aposentado da rede, professor da rede municipal e afastado junto à Aprofem há mais de dez anos. Com relação à Educação Infantil, a nossa participação vem desde o início. Na época, eu ainda estava na supervisão, quando houve essa passagem da Assistência Social para a Educação. Naquela época, era representante na Aprofem e me lembro muito bem, numa das reuniões de representantes, que a Profa. Margarida colocou por que não assinara tal como estava o encaminhamento das creches para a Educação. Justamente ela usou uma expressão que foi usada aqui, de não entrar pelas portas dos fundos. Por isso, fomos taxados até de sermos contra, porque antevíamos, na época, a situação que ainda hoje vivemos, a negação de direitos da carreira. Sabemos as dificuldades, para que esses direitos façam-se valer hoje.

Mais objetivamente com relação aos dois PLs, nós sabemos que a Educação não é um sistema isolado; faz interface com outros sistemas. No último dia 13, nós participamos de uma reunião no Fórum Municipal da Educação e uma educadora fez uma apresentação brilhante com relação à concepção da Educação Infantil. Quem propõe leis deveria conhecer aquilo. Um dos pontos centrais da sua fala foi justamente a necessidade de a criança ter do convívio familiar. O convívio familiar também se traduz ou pode ser visto nesses momentos da família, nos momentos de festas, feriados, pontos facultativos etc., e nós também, como

educadores, temos que viver esses momentos.

A Educação não é um sistema isolado. Ele convive com outros sistemas. Nesse sentido, nós somos contra o encaminhamento desses dois projetos, porque eles vão de encontro a direitos já conquistados, como também nos tornam, cada vez mais, reféns dessas políticas que vêm jogando tudo para a escola, como se a escola fosse o para-raio social. Então, nesse sentido, somos contra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Thais, do Sedin.

A SRA. THAIS – Bom dia a todos. Os projetos dos Vereadores Nelo Rodolfo e Laércio Benko reiteram a inviabilização das crianças pequenas nos espaços públicos, explicitando quão adultocêntrica ainda é a visão de quem foi eleito para representar todos os cidadãos e cidadãs, inclusive os pequenos. As crianças do município de São Paulo, público alvo da Educação Infantil, com os tais projetos, têm, mais uma vez, os seus direitos violados, para além do fato de percebermos quão pouco inclusive a Cidade, no sentido de acolher as crianças pequenas, propostas como a dos dois referidos projetos, ao precarizarem os serviços públicos, desconsideram a dimensão educacional de um dos poucos espaços pensados para os pequenos cidadãos paulistanos, reduzindo-os a meros depósitos de crianças, como se as unidades de Educação Infantil, na cidade de São Paulo, fossem cabideiros e as crianças vestimentas incômodas aos seus familiares.

Acredito que para os trabalhadores e trabalhadoras de quaisquer que sejam as categorias, vejo como absurdas quaisquer propostas de ampliação de suas jornadas de trabalho, no entanto, quando as mesmas propostas são colocadas em relação às crianças de zero a cinco anos, não se gera o mesmo tipo de espanto. Daí as ideias de permanência das crianças por tempo indeterminado, de janeiro a janeiro, nas unidades de Educação Infantil ou até às 9 horas da noite ou ainda em pontos facultativos, sem que sejam realizadas reuniões de planejamento do melhor atendimento possível para essas crianças. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. José Geraldo, diretor de escola.

O SR. JOSÉ GERALDO – Bom dia a todos, bom dia a Mesa, ao Sr. Presidente, Vereador Reis e à Sra. Claudete Alves. Hoje é sábado, dia 6 de dezembro. O ano já está acabando. Quem trabalha, em escola, sabe o que significa fim de ano. Há mostra cultural, reunião de pais e entrega de documentação. Eu sou diretor de um CEI. Em nome disso, parabênizo a todos e todas. As senhoras são verdadeiras lutadoras e guerreiras.

Parabéns. (Palmas)

O mais importante do que falar como profissional da Educação é falar como alguém que acredita que as nossas crianças são seres humanos pensantes. São pessoas em desenvolvimento e com potencialidades. Eu sempre acredito nas pessoas. Os dois nobres Vereadores que trouxeram essa proposta para esta Casa desconhecem a história de luta pelo reconhecimento e pela visibilidade do que é ser criança no Brasil. Das minorias das minorias, foi sempre relegada à última categoria. Infelizmente, no nosso País, a gente tem que criar Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e Estatuto do Índio. Num país onde é preciso se criar um estatuto para garantir direitos, significa que alguma coisa está errada.

Então, estar aqui hoje é mostrar para esses Vereadores que S.Exas. precisam conhecer a história da Educação Infantil na rede municipal e a história da infância no Brasil. Talvez S.Exas. achem que crianças ficarem, até às 9 horas da noite na escola vai fazer bem para a família. A criança não pensa nisso. Ela não tem que escolher. Para que ela vai escolher? Quem escolhe para ela é o adulto. Então, eu acredito que S.Exas. não conheçam isso. A gente sempre tem que acreditar.

Para concluir, nós precisamos estar atentos e vigilantes. Não dá para a gente ouvir e falar: “Não vai dar nada. Isso não passa. Há outras comissões”. Como a Sra. Claudete falou muito bem, se a gente não ficar atento e vigilante, quando a gente chegar, em fevereiro do ano que vem, de repente, o nosso estatuto, aquilo que rege a nossa carreira, mudou e a gente não sabe.

Então, parabéns a todos. É superimportante estar aqui. O que a gente tem que fazer é conversar com as outras pessoas e com os outros sindicatos que nos representam e falar que a gente tem que estar presente.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Joélia Rodrigues Aguiar, do Sedin.

A SRA. JOÉLIA RODRIGUES AGUIAR – Bom dia, Sr. Presidente, nobre Vereador Reis, Sra. Claudete Alves, todas as colegas e todos os companheiros aqui presentes. Como a Sra. Claudete já explanou, a Sra. Sheila e o Sr. João, nosso diretor, falaram muito bem sobre os dois PLs. Eu sempre falo, no Sedin, que é muito importante que as pessoas compreendam por que isso ocorre. A demanda reprimida, na cidade de São Paulo, da Educação Infantil, não é do mandato deste Prefeito, são de 48 anos. Há dez anos, não se construiu um equipamento direto na cidade de São Paulo para a Educação Infantil. Existe uma demanda reprimida de 150 mil crianças. Nesse ano, nós, eu, a Sra. Claudete e o Sedin participamos de vários debates chamados pelo Ministério Público de São Paulo. Chamaram lá todos os sindicatos e vários segmentos da sociedade civil porque queriam saber por que existe a demanda reprimida. Então, é bom a gente conhecer um pouquinho por que esse enrolo, esse nó. A sociedade bate nos gabinetes dos Vereadores e há Vereadores que estão aqui que desconhecem o que é Educação. Um deles tem vários centros de Educação Infantil conveniados, o Vereador Nelo Rodolfo, na zona Norte de São Paulo. Quando nos o procuramos, nós já fizemos uma correria na Câmara Municipal. A Sra. Claudete viu os projetos e falou: “Vamos correr”. Isso não é de agora. Quando nós o procuramos, no gabinete, com a Comissão de Professores, S.Exa. recebeu-nos e depois que não retira, que prefere atender aos pais e ao segmento da sociedade civil. O Vereador está provocando um verdadeiro tumulto nas nossas vidas, na desqualificação da Educação Infantil, porque tirar parada pedagógica é retirar a formação dos trabalhadores, a organização da escola. É uma pessoa despreparada e

não conhece isso.

É importante deixar claro, desde à discussão do MEC, agora na Conferência Nacional, no MEC e nas outras discussões que bebê não vai à escola à noite. É claro. O Vereador Laércio Benko era candidato a Governador do Estado de São Paulo. Imaginem o despreparo de uma pessoa que elabora uma proposta como essa e sequer quer ouvir quando nós, profissionais da Educação, procuramos S.Exa.

Eu fiz essa crítica, não vou me estender porque tem muita gente inscrita. Acredito que a angústia das outras companheiras também seja muito grande. Isso não é algo que o Sedin deva convocar. Isso é algo para a Educação Infantil desta Cidade se levantar em peso e lotar esta Casa contra duas perversidades. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Maxwel Moreira Moraes, do Sitraemfa.

O SR. MAXWEL MOREIRA MORAES – Bom dia a todas e a todos os profissionais da Educação Infantil. Quero parabenizar a ex-Vereadora Claudete pela iniciativa e o Vereador Reis, Presidente da Comissão.

Poderia ficar, pelo menos, de uma a duas horas falando sobre a questão inconstitucional, a questão ilegal, a questão imoral e outras questões relacionadas a esses dois projetos de lei. A meu ver, assim como ao ver da maioria – concordo com a explanação da companheira Claudete -, esse é um projeto antissocial. É um projeto nocivo à Educação Infantil, não apenas à Infantil, mas à Educação.

As bases desse projeto alguns Vereadores colocam como fundamento constitucional. Ora quando falamos que é um direito constitucional da criança ter Educação, também é um direito garantido na Constituição Federal ter convivência familiar e comunitária. (Palmas) Quando se interna uma criança por 14h ininterruptas, isso não é discutir Educação. Isso é guardar essa criança em algum lugar e considerá-la um incômodo e tirar da família a responsabilidade.

Nós, como educadores e professores, não temos a obrigação de educar. A família é quem tem essa obrigação. Temos a obrigação de ensinar, passar conhecimento àqueles educandos e educandas que atendemos.

Tirar a parada pedagógica – como foi dito – é tirar todo o processo. Eu, como trabalhador e representante dos trabalhadores da rede indireta e conveniada, digo que esses trabalhadores têm apenas uma parada pedagógica por mês para discutir diversas necessidades. Deixam de discutir as questões interpessoais e pedagógicas porque o tempo é pequeno.

Companheiras, companheiros e Vereador Reis, Presidente da Comissão, manifestamos o nosso repúdio a esse projeto e pedimos ao nobre Vereador que também faça soar a voz desse povo aqui presente para a não aprovação desses projetos. E se por acaso esses projetos passarem por esta Casa, que se busque o veto junto ao Prefeito Haddad.

— Não dá para compactuar com projetos que tiram a dignidade dos trabalhadores e desrespeitam o direito das crianças pequenas, muita gente não gosta, mas eu costumo chamá-las carinhosamente assim. Elas não têm voz. A voz delas é a sociedade, que tem de defender o direito dessa criança. Quando ela fica internada, ao final do dia, não vê a hora de voltar para casa.

Toda questão privatizadora do projeto já foi falado, mas quando se fala em criar esses espaços por bairros, estamos dizendo que vamos tirar uma parte das crianças de uma CEI e levar a outra. Assim vamos quebrar o vínculo que essa criança tem com o profissional, com os seus amiguinhos e isso vai gerar, mais à frente, um sentimento de rejeição por parte da família.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Nilson, Assessor do Vereador Toninho Vespoli.

O SR. NILSON – Bom dia a todos. Gostaria de saudar os componentes da Mesa.

Primeiro, é importante a gente pensar na história da Educação Infantil, desde o seu início, com os parques infantis. Ela tem uma longa trajetória. Infelizmente, o seu valor não é reconhecido e essa trajetória sempre foi feita por meio de lutas.

É importante ressaltar que o nosso mandato teve a incumbência de ser o Relator do Plano Municipal de Educação. Felizmente já entregamos para a Comissão e foi aprovado na Comissão de Educação o nosso parecer com o substitutivo, que teve a preocupação com a Educação Infantil. Apontamos algumas metas muito importantes para a Educação Infantil, entre elas, estratégias significativas para a gente tentar reverter esse processo de precarização da Educação Infantil e o reconhecimento do seu valor.

Vou citar algumas delas para que todos possam saber, principalmente para quem não teve contato com o texto, que é a ampliação por rede direta. Quando falamos em Educação para assegurar a qualidade, precisamos investir na rede direta. (Palmas) A gente teve, no último período, uma expansão por meio de convênios. Também tivemos instituições privadas administrando o atendimento dessas crianças, mas outra situação mais preocupante ainda é quando o Poder Público constrói os prédios e os entrega para que organizações não governamentais cuidem dessas crianças. Então, a gente se desresponsabiliza nesse aspecto.

Outra questão importante: embora a legislação já tivesse assegurado férias na Educação Infantil, os Governos e o Poder Judiciário vêm atacando fortemente esse direito dos trabalhadores e das crianças. Acrescentamos, como valorização dos profissionais da Educação, que sejam asseguradas aos trabalhadores da Educação Infantil férias coletivas em janeiro e recesso no meio do ano. (Palmas)

Há uma questão perversa na proposição desses projetos de lei, porque colocam em contradição dois direitos de uma mesma criança: direito à Educação e direito à Assistência. Não há demérito algum no serviço da Assistência, mas ele tem uma natureza diferente da Educação.

O problema é que quando a gente tenta fazer uma sobreposição desses serviços

acabamos comprometendo a qualidade deles. Para garantir um direito à educação de qualidade é preciso que se tenha assegurado o planejamento porque nossa ação é intencional, então, precisamos planejar, pensar e refletir, inclusive, não é que as crianças não tem voz, mas não são ouvidas. Há várias formas de se expressar, mas precisamos pensar como fazemos para ouvir. Essa é uma contradição perversa que atinge dois direitos das crianças: com uma suposta intenção de tentar atingir os dois, na verdade, você compromete os dois.

Afirmo, com muito prazer, que o nosso mandato, votará contra os dois PLs, asseguro isso para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Silvana Freire.

A SRA. SILVANA FREIRE – Bom dia a todos. Vou fazer uma fala romântica a respeito da educação infantil. Estou caminhando para completar 30 anos nessa faixa etária entre creches e CEIs. Iniciei na Cidade de Osasco e vim para São Paulo na gestão Erundina, passei pela gestão Maluf e Pitta e cheguei na gestão Marta a qual conquistamos a nossa formação junto com a Vereadora Claudete, com o projeto dela, projeto esse muito perseguido. Tentaram derrubar para voltarmos para a assistência.

Hoje, nossas crianças não precisam de assistência pela melhoria que teve em nosso país. Nossas crianças precisam de educação de qualidade. Essa educação eu vejo dentro da educação infantil, vejo nossas crianças avançarem, se projetarem diante de um público, diante de um palco, como elas mesmas. São crianças que vão e dizem a que vieram. Temos de garantir a qualidade e a continuidade dessa educação dentro da nossa Cidade.

Eu tenho história para contar dentro dessa função, pois são 30 anos. Os avanços foram muito grandes e a possibilidade da formação que tivemos, essa nos trouxe um avanço grande, garantindo essa qualidade e o que hoje estamos reivindicando é a preservação dessa qualidade. Quando iniciei em Osasco, na creche, encontrei a Sra. Francisca, que era militante do PT, e ela falava que não tinha partido, não tinha formação política, naquela época era uma política, mas não tinha partido também. Ela falava que queria ter vez e voz. Hoje eu tenho vez

e voz diante de todos e digo que a criança tem vez e voz. Nega-se o direito dessa criança ir e vir e dizer que quer ou não estar esse tempo todo dentro de um lugar ou de outro. Nega-se o direito dessa criança estar com os pais, estar dentro da escola tendo uma educação de qualidade.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Ivaníria, do Sedim.

A SRA. IVANÍRIA – Bom dia a todos. Em primeiro lugar só queria deixar aqui esclarecido, que pela fala do Prof. Arnaldo, ele não assinou o protocolo, porque nós iríamos entrar pela porta dos fundos e, pela sua fala, permanece o conceito. Desde o início eu entrei pela porta da frente.

Em segundo lugar, muito se falou sobre o direito das crianças e nós hoje estamos fazendo a voz das nossas crianças porque nós é que estamos com elas lá, nós sabemos o quanto eles necessitam da convivência com a família. Já permanecem dez horas e era um período de 12, com muita luta, muita briga, e podendo mostrar à sociedade que 12h era muito tempo para criança estar dentro da instituição e foi aí que conseguimos diminuir essa carga horária para dez horas. Então, é impossível agora queira se estender para até 21 horas, são quase, 15 ou 16 horas dentro de uma instituição.

Outra coisa que quero dizer para estes dois Vereadores é que a eleição é agora em 2016. Se está com o interesse para angariar os votos dos pais, nós professores da educação infantil somos formadores de opinião e podemos acabar com essa farra do boi.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Eduardo Kenedy, do Sedim.

O SR. EDUARDO KENEDY - Bom dia a todos. Gostaria de fazer alguns questionamentos: a quem interessa atender a criança até às 21h? É a criança? Criança vota? Infelizmente, os Srs. Vereadores que propuseram não estão aqui. É engraçado como o pai não defende o filho. Sr. Presidente, por favor, leve esse questionamento a eles: o por que desse

projeto? Para que atender a criança até às 21h? Vai atender a quem? É melhor para a criança? É bom para quem? Para a criança é que não é. Eu sou professor de educação infantil, sou especialista na área, sou eu que entendo disso, as minhas colegas são especialistas da área. São elas que entendem disso. Elas que vão dizer o que é bom para a criança, não é um projeto de um Vereador que nunca entrou dentro de um centro de educação infantil para ver com é uma rotina, como se prepara uma atividade, como se prepara a formação de uma criança.

Gostaria de deixar o meu repúdio a esse projeto de lei que trata para a criança ficar até às 21h dentro de um centro de educação infantil. O outro projeto eu acredito que se lidera pelo exemplo. Se eles querem acabar com o ponto facultativo, se querem acabar com as nossas paradas pedagógicas, com o nosso planejamento, que comece pela Casa (Palmas). Depois que a Casa fizer, por favor, mude o meu, daí eu vou aceitar. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Renata Aparecida.

A SRA. RENATA APARECIDA – Bom dia a todos. Bom dia a todos, bom dia Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor prestasse muita atenção em mim, porque eu não estou aqui como professora, eu estou aqui como mãe e não aceito meu filho até 21h dentro de uma sala. Fui gestora do meu filho, eu gerei ele aqui dentro, quem tem de dar banho no meu filho sou eu, quem tem que saber o que meu filho sente sou eu, quem tem de alimentar o meu filho sou eu. Bolsa Família para que, se a criança vai ficar até às 21h dentro da escola?

Pensam na educação infantil porque os pais necessitam estar na 25 de Março comprando presente para o Natal. Sr. Presidente, nas férias o que vou fazer com os meus filhos de 12 e de 8 anos. Onde vou deixar eles, Sr. Presidente? Na casa de cada um de vocês? Ou vocês vão contratar babas? Eu trabalho numa rede conveniada e não sabia que o Nelo tinha um monte de rede conveniada, eu não sabia, pois é. Eu nem sabia sequer disso, mas sou contra tudo isso. Não aceito o meu João Vitor veio do céu, ele é meu filho, eu tenho que cuidar dele. Vai frequentar uma sala com 36 crianças lá dentro. Vocês têm filhos na rede pública? Sabe por quê? Porque vocês põem na rede particular e com essa coisa de rede particular, do

jeito que está a política, eu vou abrir a minha, eu quero é dinheiro. Sabe por que, Sr. Presidente? Meu salário é 1905 reais para cuidar de três crianças e pagar um aluguel. Eu quero que o senhor olhe para mim, Sr. Presidente, eu quero. Sabe qual o único benefício que eu tenho na rede conveniada? Ficar em casa quando tem feriado. Bonito, né? Que bonito. Cuidando dos meus filhos, graças a Deus. Então eu não aceito. Meu filho não vai ficar, e eu vou fazer um fórum das mães que são contra isso, porque eu já arranjei mãe. Eu vou formar esse fórum e nós vamos vir aqui. E eu faço um convite para vocês: que estejam lá na minha creche semana que vem. Quero que vocês vejam, a partir das cinco e meia, como é a saída das crianças. Eu, grávida de três meses, passando mal, estava com uma criança até oito e meia lá na creche porque não tinha onde deixar. Está certo isso? Cadê a família daquela criança? Está errado. Virem-se, mães, porque nas férias eu vou ter que me virar. Aqui, ó, para vocês! Não aceito e não vai ter.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Patrícia Pimenta, do Sinpeem.

A SRA. PATRÍCIA PIMENTA – Bom dia ao Vereador Reis, à Profa. Claudete e a todas as educadoras e educadores que estão na Câmara Municipal de São Paulo. Viemos nos manifestar contra essa proposta.

Iniciei a minha carreira no Município de São Paulo num centro de educação infantil. Também sou mãe, e também encontrei dificuldade para deixar o meu filho enquanto eu trabalhava. No entanto, não podemos defender a institucionalização das nossas crianças porque elas também precisam da família e de estabelecer os vínculos necessários para o desenvolvimento.

A proposta apresentada por esses dois Vereadores, e tantos outros também do Poder Executivo, vem para mostrar a concepção que eles têm sobre a formação do cidadão. É uma política assistencialista compensatória. Se, de fato, esses Vereadores que apresentaram essa proposta nesta Casa estivessem preocupados com a mãe, eles apresentariam um projeto pelo qual a mãe trabalhadora deveria tirar férias nas férias coletivas dos alunos. Teria uma

proposta nesta Casa que garantisse que a mãe participasse das reuniões pedagógicas nas nossas escolas, porque nós sentimos falta da presença delas para o acompanhamento do desenvolvimento dos seus filhos. Muitas querem e não podem, porque são demitidas. Então, como a colega que nos antecedeu falou, temos de formar opinião, não ser somente educadora das crianças, mas também da nossa comunidade escolar, denunciar esses inimigos da educação, porque são inimigos aqueles que querem precarizar as condições da educação infantil, que é a base que sustenta todas as outras que virão. E é a educação infantil que vai dar esse suporte.

As férias coletivas são importantes, não somente para os trabalhadores, mas também para as crianças. E a assistência não é um problema da educação. A escola não pode dar conta de todos os problemas sociais. As outras secretarias também têm que dar conta disso, inclusive para interromper a rotina escolar. Para isso, é necessário o recesso, as férias coletivas.

A mãe aqui falou que trabalha num centro de educação infantil terceirizado. Nós somos contra a verba pública ir para centro de educação infantil terceirizado porque compreendemos que dinheiro público é para a educação pública. E esses profissionais que estão nesses convênios, nessas organizações, devem ir para o serviço público, porque são profissionais preciosos, e nessas instituições também não têm carreira, valorização profissional, e não tem o controle social sobre essas organizações. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Neusa Aparecida Fogazza, da CEI Brasilândia.

A SRA. NEUSA APARECIDA FOGAZZA – Bom dia a todos. Bom dia aos nossos ilustres presentes, que tanto nos defendem.

Eu sou praticamente a última que está aqui. Só estou aqui para dizer a todos vocês que eu concordo com tudo que foi dito, e também concordo que não só a criança, mas nós, profissionais da educação, merecemos ter as férias coletivas, porque, se tirarmos todos juntos,

durante o ano todo não teremos falta de professores, onde quem leva a pior é a própria criança. Também sou contra esses dois PLs. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Lilian, do Sinpeem.

A SRA. LILIAN – Cumprimento a Mesa na pessoa do Vereador Reis, da Claudete. Cumprimento a todos. Acho louvável estarmos aqui nesta manhã. E lamento que infelizmente nós não possamos realmente dar o caráter devido, porque, numa audiência pública, nós deveríamos poder conversar e esclarecer, junto aos Vereadores, a nossa opinião, o que trazemos de contribuição, tirar as dúvidas em relação aos PLs, e infelizmente, isso não é possível, porque os Srs. Vereadores não estão presentes.

Hoje é sábado. Esqueci. Meu calendário já não tem mais sábado, porque nós não podemos ter sábado. Mesmo porque, esse ano, como quase todos, foi muito difícil. Tivemos um ano de muitos ataques, de muita luta. Ficamos 42 dias correndo atrás de defender os nossos direitos, os direitos dos profissionais de educação, e também dos nossos alunos, da comunidade escolar, e isso realmente não é fácil. E não temos recesso a partir de dezembro – acho que esta Casa já deve estar em recesso a partir de dezembro. Nós não temos esse recesso. Daqui a pouco, vamos comer o peru de Natal na escola, junto com os nossos alunos. E soltar os fogos do Ano Novo também, porque afrontas nós temos o tempo todo. Esses dois PLs, que são a causa neste momento – porque há várias outras causas -: eles são, na verdade, mais uma afronta à educação, especificamente neste caso à educação infantil. Não vou ser repetitiva a ponto de dizer o que os colegas já disseram. Ratifico tudo o que foi colocado aqui até o momento e acrescento que, além dessa afronta, temos também as portarias de final de ano, dentre elas a portaria da matrícula mista. O Sr. Secretário não entende o que é estar dentro de uma sala de aula, muito menos dentro de uma sala de CEI, não entende esse funcionamento. (Palmas) Quando, em visita ao Campo Limpo, que é a região que represento no Sindicato, o Sr. Prefeito e o Sr. Secretário da Educação colocaram que...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. LILIAN MARIA PACHECO - Se me derem mais tempo, eu posso esclarecer.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. LILIAN MARIA PACHECO – Sr. Presidente, o senhor vai garantir a minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Por gentileza, os presentes no plenário respeitem a fala da colega, até porque está terminando o tempo dela.

A SRA. LILIAN MARIA PACHECO – O Sr. Secretário da Educação e o Sr. Prefeito, quando saíram da região de Campo Limpo, disseram estar deprimidos. Acho que fomos obrigados a dar motivos a eles saíram deprimidos da região que tem a maior demanda da Cidade de São Paulo, onde eles viram que simplesmente não resolve enfiar alunos dentro de salas de aula.

Vou tentar esclarecer rapidamente a questão dos polos. No ano passado, quem acompanhou, viu que tínhamos minimamente o número de crianças e conseguimos justificar junto com a Prefeitura, inclusive no Ministério Público, que não havia demanda sequer para polo. É assim que a gente consegue que eles não façam. (Palmas)

Agora, proposta de que todas as escolas sejam polos, como está sendo feita agora, não foi do Sinpeem, muito menos que as EMElS também sejam polos. Também essa proposta não é do Sinpeem. Isso vai contra os direitos das crianças e o direito dos trabalhadores em educação. Isso é que não pode acontecer.

- Aplausos no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sra. Lilian. Próxima inscrita, Sra. Eliana Caltran, do CEI Parque Regina.

A SRA. ELIANA DE AMORIM CALTRAN – Estou aqui muito confortável porque é bom estar diante de pessoas competentes, que já falaram tudo que eu gostaria de ter dito.

(Palmas) Quero aproveitar minha fala para dizer que realmente somos formadores de opinião. Quando foi para começar os polos, nós fizemos no nosso CEI um trabalho com os pais, e quase não havia crianças do nosso CEI. As crianças que vieram eram mais da rede conveniada, das vizinhas. Isso porque os pais realmente não precisam de horas aumentadas para deixar os filhos e transferir essa responsabilidade de educação, de formação e da qualidade emocional dos filhos para os CEIs. Eles precisam realmente estar mais tempo com os filhos. Isso foi provado, porque, quando há um polo na nossa escola, eles têm como ficar com essas crianças. Se não vai ficar exatamente com a mãe, fica com a avó; eles dão um jeito e nós já temos prova disso. É um absurdo que se abra esse espaço e movimente funcionários, um gasto tremendo, dinheiro que poderia ser investido na saúde, outra área muito necessitada e carente. Que então se invista esse dinheiro todo com os funcionários da educação.

Então, nós queremos dizer não a esses projetos e dizer que responsabilidade de educação e da formação emocional das nossas crianças é com os pais, pois eles já têm essa experiência e sabem o que é melhor para elas. Então, que eles assumam e não transfiram essa responsabilidade para nós, porque depois nós sabemos que não vai haver Fundação Casa nem segurança que vai dar jeito nessa defasagem emocional, nesse vínculo familiar que não é construído e que nós, como educadoras, pedagogas que somos, sabemos que somente a família que pode. O nosso cuidado não vai substituir a atenção e a educação dos pais.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Passo a palavra para a Sra. Claudete Alves, que, por cinco minutos, fará suas considerações finais.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Bem, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um encaminhamento devido à delicadeza da situação. Eu penso que este momento é histórico porque reuniu, de fato, as pessoas que estão preocupadas com a educação infantil, não só na cidade de São Paulo, mas no Brasil. A gente sabe que a grande maioria dos centros de

educação infantil, nos dias de hoje, estão trabalhando e apesar desse disse me disse das disputas, que eu não acho tão natural, porque a educação infantil não é propriedade de sindicatos, é propriedade das crianças. (Palmas)

Nesse sentido, é uma pena que, nesse meio dos não entendimentos, seja prejudicada a mobilização do conjunto dos trabalhadores, tanto de CEIs como de EMEIs e da rede direta e da rede conveniada, que eu sei que fizeram um esforço para virem aqui.

Estávamos conversando e, para o ano que vem, um dos projetos está na CCJ - Comissão de Justiça; o outro, na Comissão de Educação. Talvez nós possamos brindar tanto as crianças da cidade de São Paulo como os trabalhadores da educação infantil, além daqueles que fazem política em defesa da educação infantil e não politicagem para atender a interesses que não são da educação infantil. Temos, então, que dar continuidade a este debate, porque a gente sabe que, quando há uma intenção e um pedido protocolado de audiência pública, impede-se aquele acordo do Congresso de Comissões. Então, obrigatoriamente, tem que ser realizada uma nova audiência pública.

Os nossos temores continuam e, além das preocupações que abordei aqui, há outras coisas de interesse por trás desses projetos. Por isso, queria já solicitar – e é claro que o Sedin vai formalizar – uma nova audiência pública com um período mais elástico, no qual toda a rede possa estar ciente da gravidade da situação e possa comparecer para que não só lotemos este plenário, mas a rua em frente à Casa, para dizer para os Vereadores que isso é uma indecência, que esses dois projetos são uma indecência, um ataque à educação e que nós, trabalhadores e usuários do setor, como disse, há pouco, de uma forma mais, uma mãe, não admitimos que se promova esse retrocesso.

Eram essas as minhas considerações e conclamo todos os sindicatos do setor a terem responsabilidade, porque o discurso é muito bonito, mas a prática tem que se traduzir em ações efetivas para dar conta de algo que nós, representantes sindicais, temos obrigação, que é a de não confundir os trabalhadores de EMEIs, de CEIs e da rede conveniada e mobilizá-los,

pois eles serão profundamente afetados. Que juntos possamos somar todas as nossas fragilidades e arranjarmos energia suficiente para berrar e barrarmos esse ataque e esses retrocessos que se avizinham contra a educação infantil da nossa cidade.

Em nome da diretoria do sindicato, que se empenhou, apesar de todas as desconvoações e dos desestímulos que nós presenciamos na rede, quero agradecer a todos que participaram deste momento, que é apenas o início, pois as guerreiras estão de volta e agora com mais força. Não vamos permitir esse retrocesso na educação infantil e que todos nós possamos estar unidos defendendo férias, recessos e sempre tendo em mente que a educação infantil é propriedade das crianças do nosso país.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado à sempre Vereadora Claudete Alves.

Parabenizo todos pela participação e pela presença e quero dizer que o João, o nosso assistente técnico da Comissão de Educação, está disponibilizando atestados de comparecimento para quem precisar levar à sua unidade escolar. Pode procurá-lo quem necessitar.

Determino à assessoria da Comissão que encaminhe, de ofício, aos dois Vereadores, as Notas Taquigráficas desta audiência pública para que S.Exas. tomem conhecimento do resultado da discussão que aconteceu na data de hoje, embora vão estar anexas ao projeto.

Não havendo mais nada a ser tratado, declaro encerrada esta audiência pública.